



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

COMARCA DE BOA VISTA

5ª VARA CÍVEL - PROJUDI

Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - Centro - Boa Vista/RR - Fone: (95)

3198-4719 - E-mail: 5civelresidual@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0802587-52.2019.8.23.0010

SENTENÇA

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, movida por WEDERSON ALBERTO DA SILVA em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A que busca o pagamento de indenização face invalidez permanente sofrida em acidente de trânsito.

Laudo pericial apresentado no ep. 32.2 informa que parte requerente ainda aguarda a realização de cirurgia no membro inferior esquerdo.

A parte requerida em manifestação apresentada no ep. 39.1 se manifestou pela improcedência dos pedidos iniciais.

Após, vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

A extinção do processo sem julgamento de mérito é medida excepcional, determinada em *ultima ratio*. Por ser a jurisdição inerte, a atividade de impulso do autor é tida como pressuposto processual de desenvolvimento.

Sabe-se que, de acordo com o IV do mesmo art. 485 do CPC, que a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo levarão o juízo a extinção do feito sem resolução do mérito.

No caso dos autos, demonstrada inicialmente a não consolidação da lesão sofrida pela parte requerente diante da possibilidade de procedimento cirúrgico no membro afetado é de rigor promover a extinção do feito sem resolução do mérito, vez que viabilidade em momento futuro, se necessário, o ajuizamento de nova demanda após o término do tratamento médico, caso reste demonstrada a existência de sequelas que permitam a cobrança do seguro DPAVT.

Nesse sentido, também caminha a jurisprudência nacional:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE DPVAT. LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE APONTA QUE A AUTORA SE ENCONTRA EM TRATAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DA PERDA



ANATÔMICA OU FUNCIONAL. SUMULA 474 DO STJ. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARTIGO 485, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1) Conforme laudo médico pericial, não há como ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional porque a autora ainda se encontra em tratamento médico das lesões sofridas em decorrência do acidente automobilístico. Aliás, o médico perito sequer pode responder aos quesitos ou informar diagnóstico posto que a autora “encontra-se em tratamento médico”.

2) Diante da impossibilidade de constatação da invalidez da parte autora, de ser julgado extinto o feito, de ofício, com base no art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (APELAÇÃO CÍVEL – 70081222515. Relator: Thais Coutinho de Oliveira. Julgamento: 09/05/2019).

Assim, ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo faz-se necessário determinar a extinção do feito.

POSTO ISTO, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, DE ACORDO COM O ARTIGO 485, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Dispensar as partes do pagamento das custas processuais (CPC, art. 90, §3º).

Após trânsito em julgado, arquivem-se, com as baixas necessárias.

P. R. I. C.

Boa Vista, 28/11/2019.

EDUARDO MESSAGGI DIAS

Juiz de Direito

(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)

